



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE UM PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA

Caderno de Encargos



Município do Funchal

Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por por objeto principal a elaboração de um Plano Municipal de Gestão de Resíduos e Limpeza Urbana do Funchal de acordo com o presente caderno de encargos e o seu anexo técnico.

2 – O objeto do contrato a celebrar está classificado com o código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) **90713000-8, Serviços de consultoria sobre questões ambientais**, de acordo com o [Regulamento \(CE\) n.º 213/2008, da Comissão](#), de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo



Município do Funchal

com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Duração do contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **180 (cento e oitenta)** dias e até à conclusão da prestação de serviço em conformidade com os respetivos termos e condições, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato referente ao serviço de elaboração de um Estudo Técnico e Financeiro de Apoio ao Plano Estratégico de Resíduos do Funchal, decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações:

- a) Obrigação da prestação dos serviços identificados na sua proposta com as características e requisitos previstos no Anexo I – Especificações Técnicas do presente caderno de encargos;
- b) Obrigação de cumprir os termos e condições fixados para a prestação de serviços, nomeadamente:
 - i) Obrigação de assumir com todos os encargos, incluindo equipamentos, revelados necessários para a prestação de serviços, cumprindo a mesma no prazo estabelecido;
 - ii) Obrigação de facultar à entidade adjudicante toda a documentação relativa e/ou relacionada com a prestação de serviços obrigatória legalmente a entregar às entidades competentes e de tutela bem como a elaboração de um cronograma de trabalhos a realizar/apresentar no prazo de execução do contrato (180 dias);
 - iii) Obrigação de prestar à entidade adjudicante, em qualquer tempo na pendência da prestação de serviços, todas as informações e esclarecimentos relativos à sua prestação, em especial em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos;



Município do Funchal

iv) Obrigação de responsabilidade pelos atos praticados por todas as pessoas que, no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções ou realizem tarefas por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do adjudicatário;

v) Obrigação de prestar o apoio técnico necessário ao longo da realização da prestação de serviços, nomeadamente no que respeita à clarificação de todos os critérios e metodologias a aplicar na execução das tarefas nelas incluídas.

vi) Disponibilidade para, se for necessário, prestar esclarecimentos ou explicações sobre os documentos produzidos juntos dos órgãos deliberativos e executivos municipais em sede das respetivas assembleias municipais ou reuniões de câmara.

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados ao bom resultado dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.º

Forma de prestação de Serviço

1 - Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade a estabelecer com o Município do Funchal, reuniões para prestação de informações sobre o desenvolvimento dos trabalhos, com os representantes da do Município, das quais poderá elaborar-se um relatório assinado por todos os intervenientes da referida reunião.

2 - O prestador de serviços fica, também, obrigado a apresentar ao Gestor do Contrato, sempre que o mesmo o solicitar, um relatório com a evolução dos serviços a prestar e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

3 - Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português, e em qualquer outro idioma se mais adequado ao projeto em causa.



Município do Funchal

Cláusula 6.ª

Transferência da propriedade

Com a entrega do resultado da prestação de serviços, ocorre a transferência da posse e propriedade dos elementos a desenvolver, ao abrigo do contrato, para Município do Funchal.

Cláusula 7.ª

Informação e sigilo

1 - O adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo, de igual forma, a entidade adjudicante satisfazer os pedidos de informação formulados pelo adjudicatário e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2 - A entidade adjudicante e o adjudicatário guardam sigilo durante dois anos sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Cláusula 8.ª

Preço Base e Contratual

1 - Pela prestação de serviços associados ao objeto do contrato, o Município do Funchal deve pagar ao adjudicatário o preço que consta da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor aplicável, sendo este o preço contratual.

2 - O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a **37.000,00€ (trinta e sete mil euros)**, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor aplicável, que corresponde ao **preço base**, isto é, ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, nos termos do disposto no artigo 47.º n.º 1 do CCP.

3 - O preço base foi definido com base na consulta preliminar efetuada ao abrigo do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.



Município do Funchal

Cláusula 9.ª

Consulta preliminar ao mercado nos termos do 35.º-A do Código dos Contratos Públicos

- 1- Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos foi realizada uma consulta preliminar ao mercado para o presente procedimento, de forma a obter informações pertinentes, nomeadamente, o preço base.
- 2- As informações obtidas, por parte da Entidade Adjudicante, estão relacionadas com a obtenção dos preços actualizados do mercado, através de consulta informal ao mercado a 3 entidades.
- 3- O preço base foi estabelecido tendo em conta a média dos preços obtidos através da consulta preliminar efectuada pela Entidade Adjudicante.
- 4- Toda a informação tida por significativa obtida através da Consulta Preliminar ao Mercado, será disponibilizada aos concorrentes, caso a mesma seja solicitada, o que necessariamente só poderá ocorrer após o término do prazo de apresentação de propostas.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pelo Município do Funchal, serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, a qual só pode ser emitida após o vencimento das obrigações respetivas e de acordo com o cronograma de trabalhos apresentado.
- 2 - A fatura deve incluir a indicação do número de compromisso atribuído ao contrato, sob pena de devolução da mesma.
- 3 - O cocontratante pode emitir faturas eletrónicas, nos termos do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor.

Cláusula 11.ª

Caução

De acordo com o disposto no n.º 2 e 3 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, quando o preço contratual for inferior a €200.000,00 (duzentos mil euros), não é exigível a prestação de caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento de todas



Município do Funchal

as obrigações legais e contratuais, nem se irá proceder à retenção dos pagamentos a efetuar pela entidade adjudicante.

Cláusula 12.ª

Seguros

Todos os seguros obrigatórios e/ou facultativos considerados indispensáveis ao bom cumprimento do contrato, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 13.ª

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, quer sob a forma de mora, não cumprimento definitivo ou cumprimento defeituoso do contrato, o Município do Funchal pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Em caso de resolução do contrato por incumprimento parcial do contrato imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 5% do preço contratual.

b) Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.

2 - O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.

3 - Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do locador e as consequências do incumprimento.

5 - Para aplicação das sanções pecuniárias, o Município do Funchal deve alertar o locador que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso.



Município do Funchal

6 - No caso de cumprimento defeituoso a entidade adjudicante deve exigir ao locador que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.

7 - Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

8 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

9 - O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.ª

Força maior

1 - Na fase de execução do contrato não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



Município do Funchal

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo locador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.ª

Alterações ao contrato

- 1- Qualquer alteração do contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produz efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
- 2- Quando devidamente fundamentado, o contrato pode ser modificado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
- 3- O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:
 - a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
 - b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.



Município do Funchal

4 - A alteração do contrato não pode conduzir à modificação das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato ou aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

5 - Salvo quando a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo o justifiquem, a modificação só é permitida quando seja objetivamente demonstrável que a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação.

Cláusula 16.ª

Confidencialidade e Proteção de dados

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.

3. A adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante

4. No caso em que a adjudicatária seja autorizada pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5. A adjudicatária obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a adjudicatária celebra com outras entidades por si subcontratadas.



Município do Funchal

6. A adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7. A adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8. Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a adjudicatária e o referido colaborador.

9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.



Município do Funchal

10. A entidade adjudicante compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, o Município do Funchal pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o locador viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.

2 – Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao locador, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o locador pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.



Município do Funchal

2 – No caso plasmado na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 – Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

Cláusula 19.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 20.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

Está vedada a subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª

Gestor do Contrato

Por despacho do Sr. Presidente, foi designado a Exma. Eng.ª. Andrea Sousa, da Câmara Municipal do Funchal, para na qualidade de Gestor do Contrato, nos termos do previsto no artigo 290º-A do CCP, em conjugação com o artigo 96º, nº 1, ambos do Código dos Contratos Públicos, em especial o preceituado nos nº 2 e 4 daquele artigo, bem como a adaptação no mesmo à Região Autónoma da Madeira.

Cláusula 22.ª

Contagem dos prazos

Os prazos durante a execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 23.ª

Comunicações e notificações

1 – Todas as comunicações entre o contraente público e o prestador de serviços são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato, por correio eletrónico ou fax.



Município do Funchal

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos devem aplicar-se as normas do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos nas suas atuais redações e demais legislação avulsa.

ANEXO I Técnico – Especificações técnicas

A elaboração do Plano de Gestão de Resíduos e Limpeza Urbana contempla as seguintes fases:

1 - DIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTO – DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS E DE LIMPEZA URBANA

1.1 - Caracterização da situação atual no setor dos Resíduos e Limpeza Urbana:

- Acompanhamento dos circuitos representativos dos diferentes modelos de recolha indiferenciada e seletiva, além de observação do funcionamento da Estação de Transferência e Triagem de RS e também do serviço da Limpeza urbana;
- Análise ao Regulamento de Resíduos Sólidos e de Comportamentos Poluentes no concelho do Funchal – o que está em vigor e o novo que está a ser desenvolvido e outros documentos internos associados às operações de recolha de resíduos e de limpeza urbana, incluindo acesso aos Cadernos de Encargos e obrigações contratuais;

1.2 - Análise logística, da recolha ao transporte, passando pela deposição final, dos seguintes fluxos de resíduos:

- Resíduos indiferenciados;



Município do Funchal

- Ramagens - verdes de jardim e resíduos orgânicos (biorresíduos);
- Monstros e outros resíduos colocados na via pública;
- RCD e RCDA de obras particulares isentas de licença;
- Óleos alimentares usado (OAU);
- Recolha de têxteis;
- REEE – Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos;
- Resíduos de papel e de embalagem (papelão, embalão e vidro);
- Pilhas.

1.3 Análise de custos

- Apuramento do valor médio das prestações de serviços de recolha de resíduos indiferenciados, em euros por tonelada ou métricas alternativas (€/hab);
 - Apuramento do valor médio das prestações de serviços de recolha de resíduos de papel e de embalagem (papelão, embalão e vidro) em euros por tonelada ou métricas alternativas (€/hab).
 - Identificação do potencial de recolha seletiva – análise aos estudos existentes de caracterização de resíduos;
 - Observação direta da recolha de resíduos com acompanhamento de percursos de recolha, da Estação de Transferência e Triagem e também da limpeza urbana – avaliação da sua eficácia e qualidade
 - Avaliação dos meios dos serviços da Remoção, Estação e Limpeza Urbana (recursos humanos, veículos, equipamentos, contentores, paleiras, etc.) e análise SWOT – S - Forças, W - Fraquezas O - Oportunidades e T - Ameaças
 - Elaboração de resumo e relatório de diagnóstico.
-



Município do Funchal

2 - ANÁLISE AO IMPACTO DAS NOVAS OBRIGAÇÕES LEGAIS REGIONAIS, NACIONAIS E DA UE

2.1 - Recolha seletiva

- Medidas para o aumento da recolha seletiva (multimaterial e biorresíduos) para atingir as metas da UE
- Impacto no equilíbrio financeiro de prestação de serviços nas atuais condições técnicas e jurídicas
- Equilíbrio financeiro e impacto nas tarifas - aumento da quantidade e qualidade dos resíduos recolhidos seletivamente – tendo em consideração o grau de captura efetiva e contaminação
- Elaboração de resumo e relatório de diagnóstico.

3 - RESULTADOS DE BENCHMARKING - RELATÓRIOS E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO

O benchmarking será usado como processo de avaliação do desempenho do sistema de recolha, numa perspetiva integrada (aspetos económicos, técnicos, aceitação social), visando a sistematização de conhecimento sobre as melhores práticas no âmbito da recolha seletiva de biorresíduos e multimaterial (embalagens, papel/cartão e vidro). Serão ponderados os custos específicos (em €/tonelada; €/hab.).

Estudo da integração da recolha seletiva de biorresíduos com a recolha de indiferenciados, apurando as medidas com maior impacto em sistemas idênticos, atendendo aos seguintes fatores:

- Incidência em territórios semelhantes num quadro insular com avaliação casos específicos de regiões emblemáticas neste âmbito ou mediante indicação da Câmara Municipal do Funchal;
- Comparação dos resultados obtidos nos diversos sistemas de recolha, relacionando métodos de recolha (coletiva, porta-a-porta; superfície – enterrada; frequência de recolha e integração dos biorresíduos com a recolha indiferenciada; tipos de tarifários; aplicação de sistemas PAYT); uso de software e tecnologia inovador aplicável ao Funchal;
- Elaboração de Resumo e relatório de diagnóstico.

4 - INQUÉRITO SOBRE A IMAGEM DA CIDADE E LIMPEZA URBANA (INCLUINDO SERVIÇOS DE



Município do Funchal

RECOLHA, ESTAÇÃO E LIMPEZA URBANA)

- Preparação de inquérito sociológico com especialista na área;
- Entrevistas telefónicas e via e-mail (cidadãos, setor turístico);
- Análise dos resultados – deteção dos pontos fortes e fragilidades detetadas pelos cidadãos e setor turístico;
- Elaboração de Resumo e relatório de diagnóstico.

5 - ANÁLISE DO IMPACTO DAS MEDIDAS E ALTERNATIVAS À ATUAL GESTÃO DE RU

- Elaboração de vários cenários - integração com os indiferenciados; estudo das várias propostas dos sistemas em alta e sua integração com a baixa;
- Estimativa do potencial de redução por tipo de resíduos e custos associados (Biorresíduos; Compostagem doméstica; Oficinas de Reutilização; Informação e Motivação; etc.)
- Tendência e impacto nos custos globais e valor da tarifa
- Elaboração de Relatório com conclusões e recomendações sobre o impacto económico com eventual recolha seletiva de biorresíduos, nível mínimo e médio do seu valor que conduza a alteração da gestão de resíduos.

6 - ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA

- Redação do Plano Municipal de Gestão de Resíduos e de Limpeza Urbana incluindo os contributos recolhidos nas fases anteriores, sujeitando o Plano ao escrutínio interno da CM do Funchal, em sucessivas versões preliminares até que seja alcançada uma versão final. Este Plano incluirá a proposta de medidas para a melhoria do desempenho e modernização do sistema municipal (que incluirá os serviços da remoção de resíduos e da Estação), para o aumento das taxas de separação e reciclagem de resíduos e para a modernização e aumento da eficiência da limpeza urbana.
- Recomendações regulamentares e processuais
- Validação e apropriação do Plano pelos decisores e quadros técnicos da Câmara Municipal do Funchal



Município do Funchal

- Elaboração de um resumo técnico
- Impressão do Plano

7 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- Acompanhamento da tramitação do Plano e auxílio na sua defesa, incluindo suporte jurídico na fase de validação (durante 10 meses após entrega da versão final).